

Arqueologia *em* Calendário

Dia Internacional dos Migrantes **18 de dezembro**

Êxodo populacional durante as Guerras Peninsulares

O Dia Internacional das Migrações, ou o Dia Internacional do Migrante, é celebrado anualmente a 18 de dezembro tendo sido proclamado em 2000 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A propósito de todos aqueles que foram e são forçados, por razões várias, a abandonar a sua comunidade e muitas vezes o seu país, escolhemos recordar o fenómeno de migração que assolou o território português aquando dos conflitos das Guerras Peninsulares, no início do século XIX.

Como é do conhecimento geral, Portugal viu-se envolvido num conflito que opunha no início

do século XIX as duas principais potências europeias na altura: a Inglaterra e a França. O que estava em causa era a hegemonia do mundo, ou seja, não só o controlo político e económico da Europa, mas também das colónias e do comércio transatlântico.

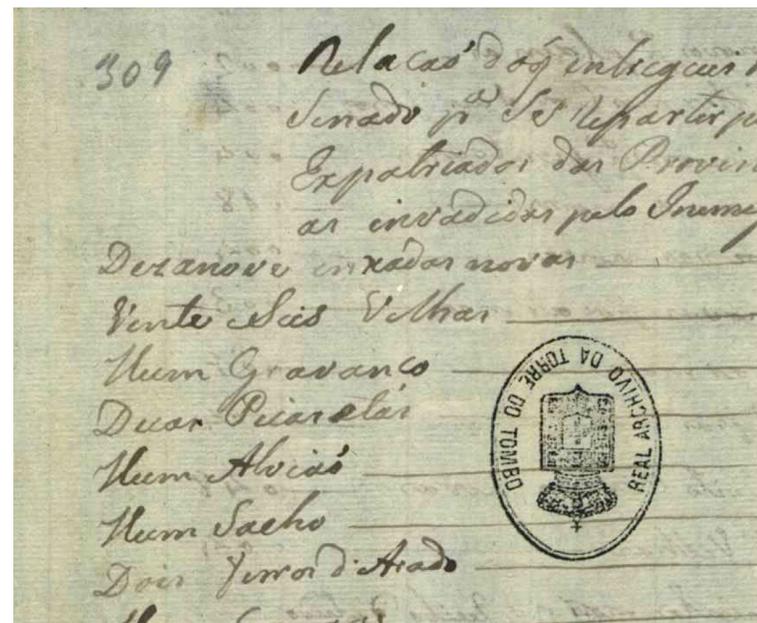
Apesar das várias tentativas diplomáticas, Portugal não conseguiu manter a sua posição neutral e ficar assim longe do conflito, e, como consequência, o reino foi invadido sucessivamente pelos exércitos napoleónicos, invasões que foram objeto de resistência através do exército luso-britânico, comandado por Wellington. Na verdade, a Inglaterra conseguiu transpor parte do conflito com os franceses para o território português, oposição



que acabou por destruir o aparelho produtivo português com graves implicações económicas e sociais.

Foi durante a 3ª Invasão Francesa, em 1810, comandada por Massena, e a aplicação da política da terra queimada decretada por Wellington, que a população foge em massa à frente das tropas napoleónicas para procurar proteção junto a Lisboa, mais precisamente, no interior do sistema defensivo conhecido como Linhas de Torres Vedras. O fluxo de população foi tão grande que a cidade de Lisboa e arredores não conseguiram absorver esse êxodo das populações em fuga, pessoas que se estenderam até à península de Setúbal. A fome e as doenças provocaram inúmeras baixas entre os refugiados, as filas para a sopa, junto das instituições que asseguram alguma assistência, eram intermináveis.

Assim que foi possível assegurar o recuo dos franceses e a sua expulsão do território português, logo os governantes determinaram que todos esses deslocados deveriam, com brevidade, voltar para as suas terras de origem para cuidarem das lavouras, pois a falta das sementeiras era causa de grande calamidade. Mas voltar como? Muitos tinham perdido tudo,



Exerto do documento do prior de Sacavém

a casa, as alfaias agrícolas, os animais para os trabalhos do campo. Com efeito, o regresso das populações às terras de origem não foi fácil. O impacto sofrido pela população no seu quotidiano social, político e económico entre os anos de 1810 e 1811 foi, na realidade, particularmente difícil.

Para tentar colmatar algumas das necessidades, como já foi referido, executaram-se algumas providencias estatais e entre elas o donativo



britânico destinado às terras invadidas. Mas logo dificuldades se colocavam: e aquelas povoações não invadidas pelos exércitos, mas que também tinham sido vítimas do flagelo da guerra? E como chegar a todas as povoações, quando os caminhos destruídos não permitiam levar até elas algum tipo de auxílio?

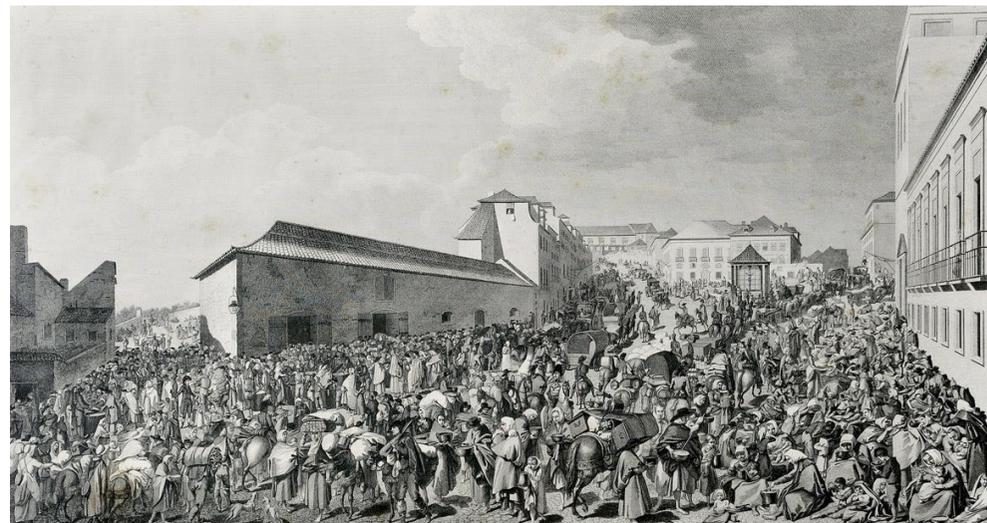
Ora, ainda no ano de 1810, a coroa desenvolveu um conjunto de ações através do governo do reino em auxílio dos povos das províncias da Beira e da Estremadura, as mais assoladas pela guerra, e donde partiram muitas pessoas para se refugiarem em Lisboa e em outras regiões do país, como já foi aludido. Era urgente “acudir ao desamparo dos refugiados” e à desolação das terras invadidas. Precisamente, umas das principais providências passava pelo apoio aos refugiados no regresso às suas terras, devidamente enquadrados pelas respetivas autoridades políticas, judiciais, eclesiásticas, médicos, cirurgiões e boticários, que deveriam servir de exemplo e de motivação para esse retorno.

Contudo, o apoio não foi apenas nacional, tendo o governo britânico auxiliado a nação portuguesa com um donativo de cem mil libras

esterlinas, votado pelas duas câmaras do parlamento do Reino Unido: da Grã-Bretanha e Irlanda. Um dos principais objetivos deste donativo visava diminuir o flagelo da fome. Foi criado um sistema de distribuição do donativo do bacalhau que, partindo dos portos fluviais e marítimos, deveria chegar a terras do interior através das várias paróquias. Este intento revelou-se difícil, a falta de boas vias terrestres, a desorganização generalizada e falta de recursos não possibilitaram uma distribuição uniforme. Também do donativo britânico foram entregues peças de tecido



para obviar à necessidade muitas vezes manifestada de vestuário. Mas, o apoio das autoridades portuguesas incluiu a distribuição de sementes e gados, a distribuição de vasilhas para o vinho e azeite para apoio às atividades como a vitivinicultura e olivicultura, ao mesmo tempo que a aquisição de ferro e madeira permitia o desenvolvimento dos transportes e alfaías agrícolas. A este cenário de recuperação agrícola das comarcas e concelhos atingidos, juntava-se o apoio sanitário às populações com a distribuição de roupas e alguns cuidados médicos. É neste contexto que selecionamos um testemunho do prior de Sacavém, Francisco António Ferreira da Fonseca,



Sopa dos pobres em Arroios (1813)
Domingos Sequeira

datado de 30 de maio de 1811, onde enumera os bens repartidos pelos expatriados das Províncias invadidas que estavam na altura nesta povoação. Nessa lista são referidos vários instrumentos utilizados nos trabalhos agrícolas, o que atesta a profunda dificuldade que as populações enfrentaram num contexto conturbado de conflitos e mudanças.

